

# A Educação nos Horizontes das Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável em Timor-Leste

José António Lourenço da Costa [1]

Univ. Évora | CICS.NOVA.UÉvora  
zeto.costta@gmail.com

## Resumo

Pretende-se com este artigo, elaborado no âmbito dum projeto de investigação conducente à tese de doutoramento em Sociologia, apresentar uma reflexão sobre a importância da educação no âmbito do desenvolvimento sustentável. Toma-se como pano fundo o caso de Timor-Leste, argumentando que, como país membro das Nações Unidas, este jovem país assume o seu dever e responsabilidade política em criar condições para promover os princípios subjacentes aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, na continuidade dos de Desenvolvimento do Milénio, dentro do seu Plano de Desenvolvimento Estratégico no sector educacional.

**Palavras-Chave:** Timor-Leste, desenvolvimento sustentável, educação.

## Introdução

Timor-Leste, hoje como país independente, a sua soberania foi restaurada e reconhecida internacionalmente desde 20 de Maio de 2002 (RD'TL - A Constituição da RD'TL, 2002). Assim, Timor-Leste formaliza-se como o primeiro país no século XXI - caracterizado como o século da globalização, onde o mundo se torna mais aberto, “sem” fronteiras, um mundo onde as pessoas facilmente comunicam e interagem. A vida na era de globalização não é apenas um desafio, mas também potencia as novas oportunidades com vista ao desenvolvimento e melhoria da qualidade da vida dos cidadãos e do país, principalmente quando se trata de um jovem país como Timor-Leste.

A sociedade timorense é parte integrante do processo de globalização e, portanto, não é separada da onda de mudança que se assiste à escala planetária, como é o processo de democratização, o respeito pelos direitos humanos, e o progresso rápido das ciências e da tecnologia, especificamente a tecnologia informática. É indubitável que todo o processo da

globalização afecta os mais diversos aspectos na vida humana (Branco, 2011). A referida força social da globalização tem um forte impacto de mudança na sociedade timorense. Porém, a par com a exigência do processo de globalização, cada vez mais as organizações internacionais e os governantes de todos os países, especialmente dos países em via de desenvolvimento estão conscientes da importância da participação dos cidadãos em todos os aspetos, para elevar a prosperidade e a qualidade de vida, incluindo o sector da educação. O sector educacional é tido como um meio fundamental para elevar o nível de civilização dos seus povos, contribuindo positivamente para o desenvolvimento sustentável duma região e dum país como é o caso de Timor-Leste.

## 1. Educação na encruzilhada dos objetivos do desenvolvimento sustentável

Foi em 4 de Novembro de 1946 em Páris, que as Nações Unidas estabeleceram a sua agência que trabalha na área da ciência e da cultura, designada co-

mo Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, acrónimo de *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*, De facto, “*o papel central da UNESCO, em acordo perfeito com as ideias que presidiram sua fundação, respaldadas na esperança de um mundo melhor à medida que sabe respeitar os direitos humanos, colocar em prática a compreensão mútua e transformar o avanço do conhecimento em um instrumento, não de distinção, mas de promoção do género humano*” (Delors (1996: 7). Na perspectiva das Nações Unidas, a educação é vista como o meio para elevar a qualidade da vida dos cidadãos a nível mundial, e especificamente nos países em via de desenvolvimento que sofreram as consequências do colonialismo e da guerra fria. Portanto, o programa da UNESCO, desde o seu estabelecimento, desempenha um importantíssimo papel na expansão da educação nos países pobres e em geral à escala mundial.

O programa da educação obrigatória foi sendo introduzido nos países em desenvolvimento como uma das formas de realizar e reforçar os direitos humanos. De relevar que a Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas (UNESCO, 1990) organizou uma Conferência Internacional na cidade Yomtiem da Tailândia, em 1990, com o lema a Educação para Todos. Nesta conferência foi decidido pelos países membros que dentro de dez anos o analfabetismo pode ser eliminado totalmente. Tratou-se duma convergência das orientações políticas das Nações Unidas, que deu início à aposta da educação básica obrigatória. Contudo, na conferência da UNESCO realizada em Dakar Senegal, em 2000, os participantes declararam que a equidade da educação básica para todos enfrenta um verdadeiro falhanço. O orçamento que lhe fora destinado não foi considerado suficiente, portanto certos países não puderam executar tais orientações duma educação para todos, confinando mais as suas preocupações com os interesses políticos locais, em particular com o investimento no armamento do que com o objetivo de tentar eliminar o analfabetismo (UNESCO, 2000).

Na Assembleia Geral das Nações Unidas realizada em Setembro 2000, e no primeiro discurso do Secretário Geral das Nações Unidas no terceiro milénio,

Kofi A. Annan reforçou a necessidade dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio serem alcançados em todos os países até 2015. A educação é o segundo Objetivo de Desenvolvimento do Milénio ou *Milennium Development Goals* (Nações Unidas, 2000), que afirma como desiderato atingir o ensino básico universal. Assim, a meta no sector educação até 2015 foi a de todas as crianças - rapazes e raparigas - onde quer que estejam, devem concluir o seu ensino básico. A universalização do ensino é um meio que garante e promove a igualdade perante um direito fundamental para todos os cidadãos para que possam ter a mesma oportunidade de gozar a oferta educativa de qualidade, de acordo com o seu conhecimento e a sua habilidade. Tal afirma Figueiredo (2001), esta postura tem em conta a facilitação do acesso à escola a todos os cidadãos, o reconhecimento de que esta frequência é útil para o crescimento económico e social e o sentido de equidade, entendida como “*garantia de êxito de todos através de uma oferta educativa diversificada e de qualidade*” (Arroteia, 2008: 63). O programa nobre das Nações Unidas indica que é impossível um processo de democratização poder ser realizado dentro de uma sociedade onde a taxa do analfabetismo seja muito elevado. O mundo é invadido pela onda da globalização, assim, não é possível isolar um grupo da sociedade fora da sua influência do progresso das ciências e a tecnologia. Todos os cidadãos têm o mesmo direito para obter a educação.

Os Objetivos do Desenvolvimento do Milénio foram estabelecidos e implementados há quinze anos atrás (até 2015). Embora não tenha conseguido realizar a sua meta de proporcionar a educação básica para as crianças em todo o mundo, o acesso à educação aumentou consideravelmente tanto para meninos quanto para meninas, mas o progresso mantém-se ainda fortemente desigual, particularmente em África, nos países menos desenvolvidos, e nos pequenos Estados insulares, ditos em desenvolvimento. Alguns dos ODM permanecem fora dos trilhos (Nações Unidas – Agenda 2030, 2015).

Os Objetivos do Desenvolvimento do Milénio terminaram em 2015, sem gerar grandes frutos de mudança nos países, ditos em desenvolvimento, e foram

substituídos pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

De relevar que o essencial do conceito de desenvolvimento sustentável, constante no relatório Brundtland (1987) que surge definido como o “*desenvolvimento que satisfaça as necessidades presentes, sem comprometer as capacidades das gerações futuras de suprir as suas próprias necessidades*” (Baltazar e Rego, 2012: 13). Esta definição pressupõe que o desenvolvimento deve proporcionar a qualidade de vida para toda a humanidade, de hoje em diante.

O princípio de desenvolvimento sustentável é mais holístico, e constitui-se em três pilares importantes com ênfase no sector económico, social e o ambiente. A dimensão do desenvolvimento social é um elemento fulcral na sua contribuição para o desenvolvimento sustentável através da educação e formação de competências humanas, tal como se afirma no compromisso da UNESCO com o Desenvolvimento Sustentável: “*A educação é uma alavanca fundamental de mudança, contribuindo para a erradicação da pobreza, o desenvolvimento sustentável, a equidade e a inclusão. É também um meio de compreender mais amplamente os benefícios sociais, económicos, políticos e culturais. Ela proporciona o poder necessário a todas as pessoas, de todas as idades, por meio de conhecimento, habilidades e confiança de que precisam para modelar um futuro melhor. A educação é um pilar do desenvolvimento sustentável. As sociedades do amanhã serão moldadas pela capacitação e pelos conhecimentos adquiridos hoje*” (UNESCO, 2012: 13).

A Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) “*é uma dimensão particularmente importante da educação de qualidade. Ela proporciona às pessoas – e aos jovens em particular –, em todos os níveis da educação, habilidades, competências e conhecimentos necessários para transmitir valores indispensáveis para comportamentos e práticas que levem ao desenvolvimento sustentável, e para que as sociedades multiculturais e multiétnicas aspirem à cidadania democrática*” (UNESCO; 2012:10).

O desenvolvimento sustentável no sector educacional é uma nova abordagem na educação, admitindo os promotores que a educação eleva a consciência e as capacidades de todos, principalmente a geração

mais nova para contribuir de forma concreta para o desenvolvimento sustentável. Não é de admirar que na Agenda 2030 do desenvolvimento sustentável, a educação situa-se como o quarto objetivo fundamental no desenvolvimento sustentável (“*Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos*”), e dentro desse objetivo foram estabelecidas sete metas que deveriam ser atingidas até 2030:

“1) *Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes;*

2) *Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário;*

3) *Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade;*

4) *Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo;*

5) *Até 2030, eliminar as disparidades de género na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade;*

6) *Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática;*

7) *Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável?” (Nações Unidas; 2015: 23).*

A educação para o desenvolvimento sustentável é muito importante para todas as nações, na medida em que representa uma oportunidade, razão pela qual não pode ser adiada novamente nas estratégias de desenvolvimento. Neste sentido, é da responsabilidade de cada país, colocar nas suas políticas públicas o desenvolvimento sustentável como alvo central, integralmente composto pela dimensão social, economia e meio ambiente de forma continuada. O desenvolvimento educacional é necessário como afirma Jacques de Delors (1996), ao defender que a educação deve proporcionar um sistema mais flexível com maior diversidade de cursos e maior possibilidade de transferência entre diversas modalidades de ensino, ou, então, entre a experiência profissional e o retorno para aprimoramento da formação, o que constituem respostas válidas para as questões formuladas pela inadequação entre a oferta e a procura de emprego. Assim, na sua construção é visto como um esforço sistematicamente organizado, planeado e que ocorre continuamente ao longo da vida para construir uma existência humana mais completa, madura e civilizada. De forma organizada, a educação deve ser desenvolvida pelos seres humanos conscientemente, baseada em princípios e objetivos claros e faseados, devendo ainda assumir-se como um compromisso comum.

Tal como temos vindo a salientar, o desenvolvimento no sector educacional desempenha o papel crucial em todo o processo de desenvolvimento de um país. Assim, *“no caso dos países em desenvolvimento, tal dependerá essencialmente da sua capacidade em criar condições económicas e sociais adequadas para que as novas tecnologias coloquem ao alcance dos seus povos muitas coisas que antes não estavam, incluindo no domínio da educação e da formação”* (Pinotes, 2012: 155). Neste contexto, a educação serve como base da formação da qualidade humana nas várias dimensões que tenham a capacidade de competirem e do conhecimento de absorver o avanço da tecnologia que seja capaz de aumentar a produtividade em prol da potenciação do processo de desenvolvimento sustentável.

Em paralelo, deve-se chamar a atenção de que a qualidade da educação no processo de desenvolvimento de um país é necessária e fundamental. Através de

um ensino de qualidade poder-se-ia conseguir a formação das pessoas qualificadas e que sejam preparadas para construir a sua própria vida e a sociedade de uma forma mais digna e civilizada, com ideias novas e criativas. Assim, aqui radica a grande relevância da articulação entre a qualidade da educação e o desenvolvimento, na qual a educação contribui e está ao serviço do desenvolvimento económico e social. A educação é tida como um pilar importante para o desenvolvimento, como se afirma no relatório editado com o título *“Educação: Um tesouro a descobrir”*, salientando e reforçando que a educação deve ser direcionada para o desenvolvimento no século XXI através de quatro pilares fundamentais da educação: aprender a *conhecer*, aprender a *fazer*, aprender a *viver com os outros*, aprender a *ser* (UNESCO, 2010). Nesta perspectiva, o desenvolvimento e a democratização do ensino no sector da educação devem organizar-se em torno destes quatro pilares fundamentais ao longo da vida humana. **Aprender a conhecer** está orientado para adquirir instrumentos da compreensão pessoal e é mais direcionado para as competências cognitivas. **Aprender a fazer** é uma habilidade e o conhecimento de agir no meio envolvente para uma produtividade mais sustentável, enquanto **aprender viver juntos** tem o enfoque nas relações humanas na vida quotidiana dentro da sociedade, grupo do trabalho, amigos e a família de acordo com os comportamentos e os valores sociais existentes. E por último, **aprende a ser** está relacionado com a existência de um indivíduo na projeção do seu percurso da vida e a busca da sua própria identidade. Por isso, sem atingir esses pilares fundamentais no ensino/educação é impossível realizar os objetivos de desenvolvimento de forma justa e equitativa.

## 2. Timor-Leste e as suas políticas públicas de desenvolvimento estratégico do sistema educacional

Timor-Leste, como país membro das Nações Unidas, assume o seu dever e responsabilidade política em criar condições para promover os princípios subjacentes aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, na continuidade dos de Desenvolvimento do

Milénio, dentro do seu Plano de Desenvolvimento Estratégico no sector educacional. Tal como consta na Constituição da República Democrática de Timor-Leste, no artigo 59º, alíneas 2 e 4: Alínea 2: “*Todos têm direito a igualdade de oportunidades de ensino e formação profissional*”, e 4: “*O Estado deve garantir a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística*” (RDTL – A Constituição da RDTL 2002).

A Constituição é clara neste campo da educação, salientando que todos os cidadãos timorenses têm o mesmo direito de obterem uma educação de qualidade, de acordo com os seus interesses e talentos sem olhar para o estatuto social, posição económica, a raça, a etnia, religião e sexo. O cumprimento do direito de receber educação de qualidade é um indicador de equidade e igualdade social em resultado do desenvolvimento alcançado, bem como um investimento na qualificação de recursos humanos.

A importância da educação que se encontra consagrada na Constituição da República Democrática de Timor-Leste, indica que o desenvolvimento no sector educacional é uma prioridade fundamental para o desenvolvimento humano. Nesta perspectiva, o incentivo do primeiro Governo Constitucional de Timor-Leste foi incluir no seu Plano de Desenvolvimento Estratégico o sector educacional como uns dos programas prioritários, situação que se mantém até hoje no sexto Governo Constitucional (Governo da República Democrática de Timor-Leste - Plano de Desenvolvimento Estratégico, 2002 e Governo da República Democrática de Timor-Leste - Plano de Desenvolvimento Estratégico - 2011- 2030, 2010). Assim, no recente Plano de Desenvolvimento Estratégico de 2011 estabeleceu-se um conjunto de metas que devem ser alcançadas, de modo faseado até 2030, no âmbito do desenvolvimento do sector educacional.

Para a realização e a concretização das linhas de orientações das políticas públicas da educação em Timor-Leste, o Governo estabeleceu a Lei de Bases da Educação, afirmando no seu preâmbulo que “*representa um passo decisivo no sentido do estabelecimento de um quadro legal de referência para a organização, orientação,*

*regulação e desenvolvimento do sistema educativo emergente das profundas mudanças que o país atravessa desde a sua independência. A consagração da universalização do ensino básico de nove anos de escolaridade obrigatória e gratuita, o reforço da garantia da igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolares e a previsão de medidas destinadas a proporcionar uma escolaridade efectiva a todos os cidadãos assente em padrões de qualidade*” (Governo da República Democrática de Timor-Leste Lei N.º 14/2008, 2008: 2641). Neste contexto, com vista ao desenvolvimento no sector educacional o Governo de Timor-Leste está a trabalhar arduamente para estabelecer o acesso da educação de forma equitativa para todos os cidadãos e a implementar o programa de educação obrigatório e gratuita e com um sistema educativo de qualidade, de acordo com as linhas de orientação política públicas estabelecidas.

Não será em demasia voltar a referir aqui que a qualidade da educação é reconhecida como condição imprescindível para elevar a qualidade humana e transformar a sociedade timorense num modelo mais avançado e independente. Por isso, o desenvolvimento no sector educação não está apenas concentrado no pressuposto de possibilitar o acesso da educação para todos, mas também se admite como fundamental o desenvolvimento da qualidade da educação em si, enquanto alicerce transformador do indivíduo, do grupo e da sociedade em geral.

Após 14 anos da independência de Timor-Leste, já foram estabelecidas várias linhas de orientações políticas no desenvolvimento do sector da educação, desde a sua Constituição da República Democrática de Timor-Leste, o Plano de Desenvolvimento Estratégico e as Leis específicas do sector da educação. As principais linhas de orientação colocam a educação a desempenhar um papel importantíssimo na formação dos seus cidadãos e o direito de todos terem acesso é garantido na lei. Esta orientação jurídico-político-normativa, facilita o Governo de Timor na sua intervenção mais adequada a elevar a equidade do acesso ao ensino para todos os timorenses.

Atualmente, o país encontra-se na segunda fase da implementação do seu plano de desenvolvimento nacional em todos os sectores, incluindo à educação.

Vários progressos foram conquistados desde 2002 até 2015 no sector de educação, como por exemplo, o estabelecimento da Lei de Bases da Educação, o Currículo Nacional Definitivo, Formação dos Professores, Construção de Infra-estruturas Escolares, a implementação do Ensino Obrigatório e Gratuito e estabelecimento do Regime de Carreira Docente. Além disso, ocorreram vários progressos com vista à concretização desta política educacional, operacionalizados por medidas legislativas com força ministerial, direcionados ao desenvolvimento educacional. Embora no sector da educação tenha havido alguns progressos, subsistem ainda sérios desafios por Timor-Leste, entre os quais a ausência de planos de ação com intervenções adequadas e metas concretas para a realização dos objetivos estabelecidos.

Assim, há ainda uma serie de desafios no desenvolvimento educacional do país que têm vindo a ser identificados. De relevar que a política de Ensino Básico de 9 anos, como a agenda prioritária na democratização do ensino no país ainda não foi alcançada; a concretização do direito ao ensino básico de qualidade não foi ainda atingindo; e, existem acentuadas disparidades no desenvolvimento educativo entre zonas urbanas e rurais, entre regiões e distritos. No que se refere ao nível de ensino secundário, as dificuldades nas acessibilidades constroem os jovens das zonas rurais, tendo estes de percorrer longas distancias para chegar à escola, o que naturalmente causa elevadas taxas de abandono escolar.

Face ao panorama do sector educacional no país, onde para crianças e jovens continua a ser um problema de grande magnitude, que apesar das já acentuadas assimetrias regionais que se fazem sentir no país em particular entre zonas rurais e urbanas, a dificuldade de acesso à educação torna-se uma incondicional debilidade que deve ser enfrentada pela sociedade em geral, porque exclui especificamente os jovens enquanto categoria social dotada de capacidade de intervenção ativa em prol do desenvolvimento do país.

## Notas finais

Apesar do reconhecimento da importância do desenvolvimento do sector educativo em Timor-Leste, ainda subsistem imensas carências e debilidades estruturais que remetem à necessidade de relançar um novo olhar no desenvolvimento estratégico no sistema educacional timorense para melhor identificar e compreender os problemas das políticas públicas no sector da educação. Em suma, partindo das relevâncias teóricas sobre a problemática do Desenvolvimento e da Educação em Timor-Leste, se justifica a necessidade de aprofundar os diagnósticos sociológicos sobre os principais problemas do setor da educação timorenses.

## Referências bibliográficas

- Agbo, A.S. (2012). *Myths and Realities of Higher Education as a Vehicle for Nation Building in Developing Countries: The Culture of the University and the New African Diaspora*. Pacific University. Oregon, U.S.A.
- Aghion, P. & Bolton, P. (1997). A theory of Trickle-Down Growth and Development. *The review of economic studies*, Vol, 64, nº2
- Adler, P. & Kwom, S.W. (2002). Social Capital: Prospects for a New Concept. *Academy of Management Review*, 27(1), pp. 17-40
- Antunes, F. M. (1996). *Uma Leitura do Livro Branco sobre Crescimento, Competitividade, Emprego do ponto de vista da Educação*. Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho
- Arroteia, J. C. (2008). *Educação e Desenvolvimento Fundamento e Conceito*. Aveiro: Edição Universidade de Aveiro.
- Astroulakis, N. (2010). The Development Ethics Paradigm: Ethical Goals and Strategies for an Authentic Development. *Working Paper for the EuroMemo: 16th Workshop on Alternative Economic Policy in Europe*, University of Crete, Disponível em [www.euromemo.eu/calendar/event-28676.html](http://www.euromemo.eu/calendar/event-28676.html)
- Branco, M.C. (2011). *Globalização Económica e Desenvolvimento Democrático*. Casal de Cambra: Edição Caleidoscópio.
- Bryan, N.A. (2006). Desenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável: metamorfoses do conceito e as relações

- com a política educacional. *Revista de Educação PUC-Campinas*, 20, pp. 33-42.
- Caôn, G. & Frizzo, H. (2012). Acesso, Equidade e Permanência no Ensino Superior: desafio para o processo de democratização da educação no Brasil. *Revista Vertentes*, 19, Universidade Federal São João. Disponível em [www.ufsj.edu.br/vertentes/vertentesv.19-n-2.php](http://www.ufsj.edu.br/vertentes/vertentesv.19-n-2.php).
- Cintra, A.O. (1966). Sociologia e Problemas do Desenvolvimento Sociopolítico: uma visão dos progressos recentes. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 20, Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte – Brasil.
- Coleman, J.S. (1988). Social Capital in the Creation of Human Capital. *American Journal of Sociology*, Vol. 94, Published by: The University of Chicago Press, Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2780243>
- Comissão Interministerial para Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991). *O desafio do Desenvolvimento Sustentável. Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento-Brasil*
- Damasceno, M.N. (2008). Juventude: educação e cidadania no contexto da diversidade cultural. *Atas do VI Congresso Português de Sociologia, Mundo Sociais: Saberes e Prática*, pp. 1-13
- Danis, C. & Solar C. (1998). *Aprendizagem e Desenvolvimento dos Adultos*. Lisboa: Editora Instituto Piaget.
- DNE (2004). *Censo População e Habitação 2004 - República Democrática de Timor-Leste*. Díli: Direção Nacional de Estatística.
- DNE (2011). *Censo População e Habitação 2010 - República Democrática de Timor-Leste*. Díli: Direção Nacional de Estatística.
- Durkheim, E. (2013). *Educação e Sociologia*. Lisboa: Ed. 70
- Dyson, A., Howes, A. & Roberts, B. (2002). A systematic review of the effectiveness of school-level actions for promoting participation. *Research Evidence in Education Library*. London: EPPI-Centre, Social Science Research Unit, Institute of Education
- Enguita, M.F. (2007). *Educação e Transformação Social*. Mangualde: Edições Pedagogo.
- Feixa, C. & Leccardi, C. (2010). O Conceito da Geração nas teorias sobre juventude. *Revista Sociedade e Estado*. 25, pp. 185-204
- Frank, A. G. (1966). The Development and Underdevelopment. *Monthly Review*, 18(4). Disponível em [:https://archive.monthlyreview.org/index.php/mr/issue/view/MR](https://archive.monthlyreview.org/index.php/mr/issue/view/MR)
- Freitas, J.C. (2008). *Sistema da Educação Nacional, Formação Pós-escolar e Labour Market Pathways em Timor-Leste*. RDTL - Ministério de Educação; Díli/TL
- Grosso, L.A. (2010). Condição Juvenil e Modelos Contemporâneos de Análise Sociológicas dos Juventudes. *Última Década*, 33, CIDPA Valparaíso, pp. 11-26.
- Guerra, I. (2002). *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Ação – O Planeamento em Ciências Sociais*. Cascais: Principia.
- Hadliroh, M.(2014). Factors Influencing Poverty in East Java Province, Indonesia Year 2000-2013. *Journal of Economics and Sustainable Development*, 5(5), Department of Public Administration, Brawijaya University, Malang, Indonesia
- Jardine, G.M. ( 2007). *Foucault e Educação*. Mangualde: Edições Pedagogo
- Kyridis, A. (2011). Educational Inequalities and School Dropout in Greece. *International Journal of Education*, 3(2): E11. Disponível em [www.macrothink.org/ije](http://www.macrothink.org/ije).
- Lavering, B.(2012). *Martinus Jan Langeveld: Modern educationalist of everyday upbringing*. Faculty of Social Sciences, Utrecht University, 80.140, 3508 TC, Utrecht, The Netherlands. Disponível em [link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-94-007-4047-1-10.pdf](http://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-94-007-4047-1-10.pdf).
- Mello, G. (1991). Políticas Públicas de Educação. *Estudo Avançado*. 5(13). São Paulo – Brasil. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141991000300002>.
- MS-RDRTL (2010). *A Taxa de Mortalidade das Crianças e Infantil*, Díli: Governo de Timor-Leste.
- Nações Unidas (1999). *Acordo entre Portugal e a Indonésia sobre a questão de Timor-Leste*. Nações Unidas- Nova Iorque
- Nações Unidas (1999). *United Nations Mission in East Timor*. Díli/TL
- Nações Unidas (2015). *Objetivos Desenvolvimento Sustentável: Transformando Nosso Mundo - A Agenda 2030*. Nações Unidas
- Nafziger, E.W. (2005). *From Seers to Sem; the meaning of economic development*. Kansas State University, Manhattan, World Institute for Development Economics Research (WIDER) Jubilee Conference, Disponível em [www.widerconf/Nafziger.pdf](http://www.widerconf/Nafziger.pdf)

- Oliveira, E. (2013). Crescimento e Desenvolvimento Económico: a sustentabilidade como modelo alternativo. Disponível em [www.faculdadesgammon.edu.br](http://www.faculdadesgammon.edu.br)
- Oliveira, G.B. (2002). Uma discussão sobre o conceito de Desenvolvimento. *Revista da FAE*, Curitiba-Brasil, 5(2)
- Pais, J. M. (2003) Correntes teóricas da sociologia da juventude. J.M. Pais. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003, pp. 47-82.
- Pais, J.M (1990). *A construção sociológica da juventude – Alguns contributos*. *Análise social*, vol.XXV (105 -106), pp. 139 - 165.
- Pedroso, P. (1998). *Formação e Desenvolvimento Rural*. Oeiras: Celta Editora
- Pinotes, J.M. (2011). *A Qualificação dos Recursos Humanos nos Países em Desenvolvimento*. Casal de Cambra: Edição Caleidoscópio.
- PNUD (2002). *Relatório de Desenvolvimento Humano de Timor-Leste*. Díli/TL
- PNUD (2005). *Relatório de Desenvolvimento Humano*. Nações Unidas.
- PNUD (2011). *Relatório de Desenvolvimento Humano de Timor-Leste*. Díli/TL
- PNUD (2013). *Relatório de Desenvolvimento Humano*. Nações Unidas.
- RDTL (2002). *Constituição da República Democrática de Timor-Leste*. Assembleia Constituinte, Díli/TL
- RDTL - República Democrática de Timor Leste (2008). Lei de Bases de Educação No.14/2008- República Democrática de Timor-Leste
- RDTL (2011). *Timor-Leste Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030*. Díli, Governo de Timor-Leste.
- Ruivo, J. & Mesquita, H. (2010). Educação e Formação na Sociedade do Conhecimento. *Revista de Pedagogia de la Universidad de Salamanca*.
- Sachs, I. & Lages, V. (2001). Capital social e desenvolvimento: novidade para quem?. *Conferencia Regional sobre Capital Social y Pobreza*, CEPAL y Universidad del Estado de Michigan, Santiago, Chile.
- Santos, T. (2011). *Imperialismo y Dependencia*. Fundación Biblioteca Ayacucho, Edición: Analy Lorenzo y Henry Arrayago, Impreso en Venezuela.
- Schwartzman, S. (2009). Educação e Recursos Humanos. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, Rio de Janeiro. Disponível em [www.schwartzman.org.br/simon/educa](http://www.schwartzman.org.br/simon/educa)
- Saragoça, J. (2005). Educação/Formação e Tecnologias no Quadro duma nova Gestão Social do Conhecimento. Departamento de Sociologia da Universidade de Évora.
- Silva, M. M. (1993). *Educação e Sociedade de Risco*. Coimbra – Lousã: Lousanense.
- Silvestre, C.A. (2013). *Educação e Formação de Adultos e Idosos-uma nova oportunidade*. Lisboa: Ed. Instituto Piaget.
- United Nations Population Fund e United Nations Children’s Fund (2012). Timor-Leste population and Housing census 2010. *Analytical report on youth*, Vol 16, Díli/TL
- UNESCO (1972). Learning to be the world of education today and tomorrow. UNESCO-Paris
- UNESCO (1990). Educação para Todos’. Yomtiem – Tailândia
- UNESCO (1996). Learning: the treasure within. Report to UNESCO of the International Commission on Education for the Twenty first Century; Paris: UNESCO.
- UNESCO (2000). Declaração Educação para Todos. Dakar-Senegal
- UNESCO (2000). Objectivo de Desenvolvimento do Milénio. Nova-Iorque – ONU
- UNESCO (2012). De economias verdes a sociedades verdes - compromisso da UNESCO com o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro- Brasil.
- Valentin, F.F. & Serra, N. (2013). Há um conceito de Desenvolvimento económico na Solidaria?. *Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades*, Belo Horizonte-Brasil, Disponível em [aninter.com.br/CONINTER.pdf](http://aninter.com.br/CONINTER.pdf)

**Notas:** [1] Doutorando em Sociologia, Univ. Évora.